



Atividade pública do II ConFARJ realizada no Sindipetro/RJ

A FARJ realizou no segundo semestre de 2013 seu II Congresso. Foi um momento importante, que teve como objetivo a atualização de nosso Programa Político e a sistematização dos nossos trabalhos, que se relacionam diretamente à prática política que desenvolvemos nestes 10 anos de existência. Também foi um espaço voltado à mística, à cultura, à construção política e à socialização com companheiros e companheiras das organizações que conosco participam da Coordenação Anarquista Brasileira, a CAB. Finalizamos os trabalhos do II ConFARJ com uma atividade pública no SINDIPETRO-RJ. Aqui destacamos trechos da “Saudação ao II ConFARJ” e da “Declaração Pública” que foram lidas no decorrer da atividade.

Saudação ao II CONFARJ

“Companheiras e companheiros. Trazemos a todos uma saudação. Uma saudação com anos e anos de história e de luta. Um fio condutor

que liga militantes anônimos e conhecidos. [...]”

Há 10 anos fundava-se a Federação Anarquista do Rio de Janeiro. Um grão de areia no mundo. Mas um grão de areia que se liga ao trabalho de muitos outros e outras que lutaram. Nossa estrada é a estrada dos que não param de caminhar. Nossos desejos são daqueles que necessitam implodir o velho mundo para germinar. [...]”

Somos daqueles e daquelas que não tem no vocabulário a palavra “desistir”. [...] Sabemos que não há saída e que a única saída é a resistência, a organização, a luta. Outros e outras também sabiam.

Neno Vasco, Fábio Luz, Espertirina Martins, Marques da Costa, Maria Iêda, Alberto Pocho Mechoso, José Oiticica, Domingos Passos. Sim, eles sabiam.

ORGANIZAÇÃO E LUTA

II CONGRESSO E 10 ANOS DA FARJ

Nós não temos medo de recomeçar. Fazemos isso todos os dias. Não temos medo de avançar. Fizemos isso no estado de sítio de Artur Bernardes. Fizemos isso na ditadura do Estado Novo. Recomeçamos. “Juntamos as pedras para reconstruir o edifício libertário”, diria Jaime Cubero. Foi assim na ditadura burguesa e militar de 64. Quando não lutamos no sol, lutamos na sombra. Seguimos com o punho alto, difundindo a ideia. Difundindo o ideal. Sim, Ideal. Um Ideal que nos chega, na terra da rebelde Confederação dos Tamoios, por homens e mulheres que sonharam e lutaram. Juan Perez Bouzas. Sapateiro anarquista. Homenageamos esse velho anarquista. Ideal Peres, filho de Carolina Bassi, estudante do Colégio Pedro II. Aluno de José Oiticica, membro da Juventude Anarquista do Rio de Janeiro. Ideal juntou os “cacos” e “passou o bastão” para outros companheiros e companheiras. Prestamos uma homenagem a esse compa.

Reconhecemos não apenas os que se foram, mas também cada companheiro que se dedicou a lutar ou que hoje ainda luta. Reconhecemos, nas reuniões no apartamento de Ideal Peres, em plena ditadura militar a força de quem não verga, de quem não desiste. [...] O II Congres-

so da FARJ agradece todas aquelas e aquelas que nos inspiraram. São muitos e muitas, não cabem nessas linhas. Homenageamos os que seguiram na década de 70, os que não desistiram nos anos 80, os que lutaram e se organizaram nos anos 90. [...]

Agradecemos os companheiros e companheiras das nossas organizações irmãs. Nossa homenagem tem vida, tem luz. Nossa homenagem é sempre a luta, as barricadas, a organização popular, a coerência ética e o estilo militante. Organizar. Lutar. Sonhar.

[...] São lutadores e lutadoras que não tem medo das ruínas, pois os trabalhadores dizia Durruti, herdarão a terra!

“Aqui se apresenta a FARJ, sem pedir outra coisa que um posto de luta, para que não morram sonhos formosos e profundamente justos.”

Porque a noite escura passará, e nós trabalharemos para ver o amanhecer.”

Viva o Coletivo! Viva!	pág 3
A transformação social construímos no agora	pág 4
Dilma ou Ruralistas? Quem é o Falcão e quem é o Falcão?	pág 6
Notícias Libertárias	pág 8

Declaração Pública

“Companheiros e companheiras de luta e de ideal, trazemos aqui um pouco da nossa trajetória, nossas posições políticas e, por que não, nossa modesta contribuição ao anarquismo e às lutas sociais. Lá se vão 10 anos de acúmulos de luta e organização, de erros e acertos, de conquistas de uma prática onde convivem as lutas do passado e do presente, de nossos velhos companheiros e companheiras que permanecem vivos junto a atual geração de militantes.

Vivemos hoje mais um momento de ofensiva do capital, que agora articulado em nível global, implementa uma nefasta política de dominação e exploração local, fragilizando os avanços e os direitos históricos conquistados pelos trabalhadores através da luta e agredindo de forma explícita as poucas liberdades que ainda restam nesta prisão denominada por estado democrático de direito. Em detrimento do acesso universal à terra, à moradia e ao trabalho são promovidas privatizações e extorsões que concentram cada vez mais riqueza e poder nas mãos das elites. São cinicamente criminalizadas todas as formas de reação e autodefesa da população e todos aqueles que se organizam visando à transformação social rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, a luta cotidiana e a manifestação das massas contra a opressão.

[...] neste momento a história parece se repetir. Vemos companheiros sendo perseguidos, processados e presos arbitrariamente e sem provas, quando não aniquilados. É a velha solução das elites de se tratar as questões sociais como caso de polícia. Monta-se todo um voraz aparato de controle e repressão semelhante ao que nossos antigos companheiros vivenciaram em outros momentos, como a Lei Adolfo Gordo de deportação. Aparato agora materializado nas leis antiprotés-

to, na brutalidade e truculência policial contra o povo e nas reuniões de cúpula de segurança estadual e federal. Nesse mesmo marco vem à tona décadas de assassinato dos pobres nas favelas, periferias e no campo. São milhares de Amarildos, Cíceros e Reginas, centenas de massacres de Eldorado dos Carajás e da Favela da Maré ocorrendo cotidianamente. A máquina de propaganda das elites, a mídia burguesa, amparada pelos partidários do governo do PT, trabalha para ocultar e

forma é importante reafirmar que este passado de luta projeta-se em nosso começo.

Fundamos a FARJ com acúmulo de experiências militantes [...]. Lançamos publicamente nossa organização política através de nosso Manifesto de Fundação e de nossa Carta de Princípios. Sempre tivemos como objetivo participar e contribuir no processo de construção de uma instância nacional, reunindo outras organizações que comungam da mesma prática militante. Desde en-

ladas no Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). [...] no ano de 2010, formalizamos nossa participação nesta instância. [...] naquele momento compunham este espaço a Federação Anarquista Gaúcha, o Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares/AL, a Rusga Libertária/MT, o Vermelho e Negro/BA e a nossa organização. Nos anos de 2011 e 2012 outras organizações se somaram nesta articulação: a Organização Anarquista Socialismo Libertário/SP, o Coletivo Anarquista Núcleo Negro/PE, o Coletivo Anarquista Bandeira Negra/SC, a Organização Resistência Libertária/CE e o Coletivo Anarquista Luta de Classes/PR. [...] No ano de 2012, é realizado o primeiro ConCAB, tendo como um dos resultados um Programa Mínimo que reúne algumas propostas concretas para a intervenção na realidade brasileira.

[...] Chegamos ao ano de 2013 comemorando nossos 10 anos e realizando nosso II Congresso. Neste espaço reafirmamos nossas convicções, celebramos nossa trajetória e o ingresso de novos companheiros e companheiras, avançamos em nossa organicidade e trabalhamos para atualizar nosso Programa. Um momento também de debate e reflexão sobre temas caros à luta das classes oprimidas, como Gênero, Campesinato, Classe e Sindicalismo.

[...] Diante dos desafios que a realidade nos apresenta, permanecemos firmes e ainda mais fortes, convictos de que essa caminhada, passo a passo, ombro a ombro com os movimentos populares é o que pode nos levar à conquista de nossos objetivos finalistas, que não é outro senão a construção de uma sociedade socialista e libertária.”

**Viva a FARJ!!! Viva a CAB!!!
Não tá morto quem peleia!!!
Arriba los que luchan!!!
Ética! Compromisso!
Liberdade!
Viva a anarquia!!!**



apagar estes fatos, tentando escondê-los por trás de uma hipócrita e cínica política dita desenvolvimentista e populista, que já vem sendo implementada pelos governos pós ditadura.

[...] a FARJ é fundada em 2003 enquanto processo de reorganização dos anarquistas no Rio de Janeiro e fruto do trabalho desenvolvido pela militância ácrata no período de reabertura pós ditadura civil-militar. O que não existiria se não fosse o esforço empreendido por militantes anarquistas que remontam historicamente práticas que nos remetem ao início do século XX. Dessa

tão estivemos atuando para consolidar nossos trabalhos de base nos setores dos sem-teto, comunitário, nos movimentos sociais do campo e nas favelas e periferias da cidade. Nossa prática política foi construída coletivamente através de consensos teóricos e conceituais em diálogo constante com a realidade, sendo materializada através do programa público “Anarquismo Social e Organização” e na realização do I Congresso da FARJ em 2008.

É por meio desta prática, e da publicação de nosso Programa retomamos o contato com a Federação Anarquista Uruguaia e o conjunto de organizações políticas articu-

Viva o Coletivo! Viva!

Construindo economias coletivas no campo e na cidade

Foto: Gizele Martins

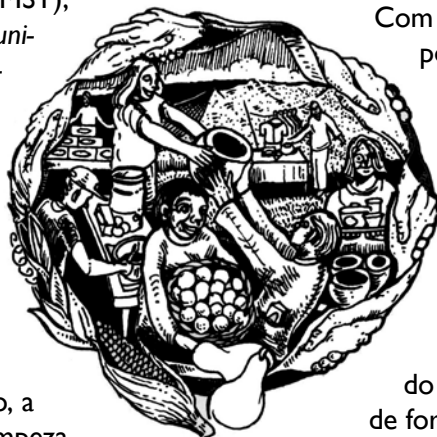


Encontro de Economia Coletiva: Na parte da manhã todos os grupos apresentaram seus trabalhos coletivos.

Eis a palavra de ordem que ecoou pela *Quadra do Corações Unidos* na tarde do domingo de 24 de novembro. A quadra, que fica no morro do Timbau, uma das favelas da Maré na Zona Norte do Rio de Janeiro, hospedou neste dia o encontro *A Economia Que Queremos, Construindo Economias Coletivas no Campo e na Cidade*. O encontro uniu coletivos e movimentos sociais para trocar experiências e fortalecer os laços entre iniciativas populares baseadas na autogestão, no respeito e no apoio mútuo. Trabalhos onde não há patrão e nem empreendedorismo individual e sim empenho e gestão coletivos. Vieram companheiras e companheiros de mais de dez municípios da região metropolitana e onze grupos para apresentarem os trabalhos e experiências que desenvolvem em seus coletivos.

O encontro foi fruto de um processo de um ano de preparação, uma ideia que surgiu a partir do Encontro Regional de Organizações Populares Autônomas (EROPA), este último ocorreu em novembro de 2012 no *Centro de Cultura Social (CCS)*, Vila Isabel, zona norte da capital fluminense. Construíram juntos o encontro integrantes do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)*, *Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)*, *Movimento das Comunidades Populares (MCP)*, da *Universidade Popular Autônoma do Centro (UPAC)* e do *Coletivo Roça!*. Nos dias que antecederam o encontro, um mutirão foi realizado para preparar tudo. Assim foi possível, a partir do esforço coletivo, realizar este evento com poucos recursos financeiros, levantados através do apoio dos três *Grupos de Investimento Coletivo (GIC)* que existem no Rio de Janeiro, do *Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE)* e da *UPAC*.

No encontro, o *Movimento das Comunidades Populares (MCP)* esteve representado por quatro grupos, o mercadinho coletivo, a creche comunitária e o grupo de produção de produtos de limpeza, todos atuantes com base na favela Chico Mendes (Pavuna), tais como os *Grupos de Investimento Coletivo (GIC)*. Todos estes grupos trabalham nas bases de forma coletiva para resolver problemas imediatos do povo e construir sua autonomia, objetivo que atravessa os trabalhos do MCP que é baseado nas dez colunas do movimento. Entre educação, saúde, lazer e outros, a economia coletiva é uma destas colunas. Também aposta em formas de produção coletiva o *Movimento de Organização de Base (MOB)* que apresentou seus planos de produzir pães e bolos em autogestão com base no CCS. O *Movimento dos Pequenos Agricultores* esteve presente não somente com um ótimo café direto da roça, mas também com uma apresentação da visão e prática de luta do movimento pela emancipação do cam-



pesinato. Atuando em conjunto, desde a produção até a comercialização, o movimento cria formas coletivas e sem exploração para produzir alimentos e levá-los até os consumidores.

Também esteve presente a *Cooperglicero* de São Paulo, que luta não apenas pela necessidade de sustento econômico de seus trabalhadores, mas também contribui com a coletividade, num sentido amplo, com seu trabalho de reciclagem e reutilização de materiais que a sociedade de classes despeja nas ruas e nos lixões sem menor preocupação. Já Augusto, produtor de mel e cachaça artesanal envelhecida, trouxe toda uma gama de produtos do sul de Minas Gerais.

Enquanto que a *Roça!*, junto a moradores do Timbau, ofereceu diversos de seus produtos naturais, como também DVDs e livros. A *Roça!* apresentou seu trabalho, que vincula a busca por uma atuação autônoma na favela aliada ao trabalho coletivo de comercialização. Contou também sobre a conquista de seu pequeno espaço comunitário. Ressaltaram que não dependem de financiamento externo, como é o caso de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e que por isso não ficam reféns dos interesses privados. Seus componentes fazem uma avaliação que estes dois tipos de associação, ONGs e OSCIPs, hoje tão comuns, atuam nos territórios de favelas inseridas em relações de poder que muitas vezes dificultam a luta pela construção do poder popular. Na contramão das relações de poder, os integrantes da *Roça!* entendem que sem o nosso sustento econômico, sem recursos próprios, não teremos autonomia política nas favelas. Sem autonomia política não teremos força para lutar e construir um movimento comunitário de resistência, organizado pela base e protagonizado por seus moradores. Isso vai bem no sentido da chamada do encontro, que identifica na economia “um meio (não um fim por si só), através do qual movimentos sociais no campo e na cidade podem organizar e fortalecer suas lutas.”

Outro exemplos existem. Há mais de duas décadas nesta luta por emancipação da classe trabalhadora, a *Associação dos Produtores Autônomos do Campo de da Cidade (APAC)*, situada em São João de Meriti/RJ, elabora e estimula tecnologias sociais que abrem possibilidades de apropriação de meios de produção pelos trabalhadores sem que haja a necessidade de investimentos de grandes quantidades de dinheiro. A técnica apresentada pela APAC de produzir vassouras com fios de plástico de garrafas PET impressionou a todos e o MCP entrou em diálogo para iniciar sua própria produção. Numa relação de apoio, a APAC vai repassar nos próximos meses o conhecimento e a tecnologia, além de fornecer as máquinas necessárias, que ela própria projeta e fabrica, para realizar a produção.

Com isso mais um grupo coletivo ganhará forma e fortalecerá a luta popular nas bases.

Já o cervejeiro independente André (*Associação dos Cervejeiros Artesanais Cariocas - ACervA*) apresentou seu trabalho de produção de cerveja caseira, demonstrando a possibilidade de se iniciar uma produção independente com um investimento em torno de R\$ 2.000,00. Foi simbólico porque, neste mesmo dia, foi publicada uma matéria no jornal *O Globo* sobre cerveja artesanal. Dizia que, para começar uma produção, precisa de um investimento mínimo de R\$ 200.000,00!!! Então, os integrantes do *Fórum Popular de Apoio Mútuo* combinaram de realizar um curso de formação e repasse de conhecimento e material para se formar um primeiro núcleo de produção coletiva de cerveja artesanal em uma favela, contando com apoio de base do *Movimento Favela Não Se Cala*.

Uma outra forma de produção coletiva foi apresentada pelo grupo de pesquisa *Outras Economias* do LEMTO (*Laboratório de estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades*): A produção de conhecimento das nossas formas de lutar, nos organizar e fazer economias coletivas. Nesse sentido, a própria programação do encontro apontou para o amplo conjunto de campos nos quais precisamos atuar e pensar juntos para construirmos economias coletivas, de baixo e com um horizonte de busca por autonomia: em três grupos de trabalho, os cerca de 60 participantes do encontro discutiram questões “do financiamento ao investimento coletivo”, “da

comercialização à circulação” e “da exploração à produção coletiva”. É um longo caminho, que nem por isso devemos deixar de trilhar desde já, no dia-a-dia, no aqui e agora.

Durante o encontro e na posterior reunião de avaliação, foi combinado de continuarmos articulando os trabalhos dos grupos no âmbito da *Rede Economias Coletivas – construindo a economia que queremos no campo e na cidade*. Continuaremos em contato por uma lista de e-mail reunindo os mais de 50 participantes do encontro e divulgando informações no *blog economiascoletivas.noblogs.org*, onde estará disponível até meados de janeiro de 2014 o caderno com o acúmulo do encontro. Os 3 GTs (“investimento coletivo”, “circulação” e “produção coletiva”) serão mantidos para dar continuidade às tarefas de aprofundar os conhecimentos nas referidas áreas e fortalecer os laços entre os grupos. Pretende-se criar uma lista de *links* com produtos e serviços da própria rede e os grupos combinaram de realizar visitas para conhecer os trabalhos mutuamente. Também estará na pauta a possibilidade de se iniciar Grupos de Investimento Coletivo (GIC) nas favelas onde os grupos e movimentos da rede atuam.

O encontro também prestou homenagem à resistência negra, e crianças do *Grupo de Capoeira Angola Mocambo de Aruanda*, representado pelo capoeirista Paulista, apresentou seus ritmos e seu jogo durante o encontro. O *rapper Mais Preto*, do coletivo *Us Neguin Que Não C Kala*, encerrou o encontro, que contou também com o artista Paul, da Alemanha, grafitando uma grande faixa com os dizeres:

Nos Quilombos, nas favelas!

Viva a Resistência Negra e Popular!

Viva Zumbi! Viva o Coletivo!

A transformação social construímos no agora

Prática política, ética e estilo militante

Para nós a importância maior não reside naquilo que se consegue, pois conseguir tudo o que queremos significaria que todos aceitassem e praticassem a anarquia, o que não será feito em um dia nem por meio de um simples ato insurrecional. O importante é o método com o qual se consegue o pouco ou o muito.
Malatesta

“A esquerda tradicional tem sido sectária, dogmática e tem frequentemente ignorado a realidade ao seu redor. Não acredito que os anarquistas, no geral, tenham sido muito melhores. É hora de dar o exemplo. Devemos apontar para a construção de espaços de discussão e mudar os hábitos maléficis em nosso movimento, que não contribuem com o debate e que mais entorpecem o desenvolvimento do necessário espírito crítico que o movimento revolucionário tanto necessita para fazer frente às difíceis tarefas de regeneração social que temos adiante”.
José Antonio Gutiérrez Danton

Para Malatesta cada fim requer seus meios, e se lutamos por um fim diferente do sistema de dominação e exploração capitalista os meios para atingi-lo também devem ser diferentes. Nesse sentido, entendemos como ética e estilo militantes os valores que conduzem nossa prática política cotidiana, em permanente diálogo com a realidade e em coerência com nosso método e com nossa concepção de trabalho. O germe de uma sociedade mais justa, igual e livre de exploração e dominações está na maneira como atuamos no “agora”, e isso não pode ser deixado pra depois. Está na forma como nos organizamos, por meio do federalismo, da auto-gestão e da ação direta. Está na intenção que damos a nossas práticas e às relações



nos meios social e político; com os setores populares, com outros(as) militantes e companheiros(as) e na relação entre organizações políticas. O que equivale a dizer que o estilo militante é a busca da coerência entre as práticas do(a) militante, e do conjunto da militância, com os princípios, métodos e a linha política de uma organização.

Além de definir um programa estratégico com propostas concretas de intervenção na realidade, uma organização anarquista deve buscar uma prática política consequente com um determinado estilo militante, que servirá como elemento fundamental para a construção do poder popular e da transformação social. A prática também é ferramenta de propaganda e contribui para que se forme opinião favorável à organização, uma vez que é na vivência da luta e no convívio com os(as) militantes que se constrói cumplicidade no trabalho de base e novos(as) companheiros(as) e apoiadores(as) vão se aproximar.

É importante pontuarmos que não idealizamos um ser humano perfeito, muito menos um tipo de militante infalível. Os mais diversos problemas e contradições vão estar presentes nas dinâmicas das lutas ou nos processos revolucionários, e é nos organizando para superá-los, ou reduzi-los ao máximo, que avançamos. Há inúmeros exemplos, contemporâneos ou históricos, onde a proposta anarquista contribuiu para a organização e os embates pelas demandas dos trabalhadores e trabalhadoras. Pois nossa convicção ideológica se dá pela prática, nossa teoria é para atuar na realidade e nosso programa é fruto das lutas cotidianas.

Errar e trabalhar para corrigir os erros nutre nosso aprendizado e gera acúmulo político e amadurecimento. Também é fundamental sabermos fazer a crítica fraterna ao(à) companheiro(a) quando é necessário, e termos humildade para assumir quando erramos, fazer a autocrítica e nos esforçar para mudar nossa conduta. Nada de fazer “vista grossa” ou “passar a mão na cabeça” quando se identifica um problema relativo à prática de algum(a) companheiro(a). Quando os(as) militantes e a organização se omitem de encarar estes problemas, e não os pautam nas instâncias coletivas adequadas, pode-se gerar uma “panela de pressão” que poderá minar a relação orgânica, prejudicar o trabalho de base e gerar desentendimentos que, de outra forma, poderiam ser evitados.

Assim, o exercício da crítica e do debate devem ser encarados como importantes ferramentas organizativas, postas a serviço da prática e tendo esta também como ponto de partida, seja nos níveis político ou social. Não a crítica como mero exercício intelectual, o debate pelo debate ou com o objetivo único de mudar a consciência de cada indivíduo. Pois não é simplesmente a mudança de consciência das pessoas que altera a realidade, mas é na construção de um determinado sujeito de transformação social nos processos cotidianos de luta contra o sistema de dominação e exploração. Esses sujeitos (negros, camponeses, favelados, estudantes, jovens, indígenas, mulheres etc.) vão se incorporando à organização, trazendo suas experiências e lutas.

Sabemos que o processo de identificar e mudar as práticas com que somos formatados(as) pelo sistema de opressão e dominação não é algo que ocorre da noite para o dia. Mas devemos estar atentos para não agirmos de maneira egoísta e vaidosa ou reproduzir atitudes preconceituosas, sexistas, machistas, homofóbicas ou outras formas de opressão e autoritarismos com os(as) companheiros(as). E quando isso ocorre o coletivo deve ajudar o(a) companheiro(a) a reconhecer e mudar sua conduta, mas considerando sua realidade e suas limitações, sem querer crucificá-lo(a), caricaturá-lo(a) ou exigindo dele(a) uma “pureza” impossível na vida real.

Também é importante saber motivar aquilo que o(a) militante tem de positivo, reconhecendo as diferentes potencialidades, temperamentos e singularidades. Estimular nele(a) o exercício da delegação, a iniciativa, a participação e o posicionamento nas instâncias coletivas. Saber ouvir e saber debater, mesmo diante das posições divergentes, fazendo sempre esforço para se chegar aos acordos coletivos sem fazer “cavalo de batalha”. Priorizar a construção coletiva em vez das práticas voluntaristas descoladas da estratégia, o que é diferente da capacidade de iniciativa de cada um para ajudar naquilo que for possível. Como também prezarmos pela organicidade em vez das relações e estruturas políticas informais, de caráter personalista ou paternalista, o que pode dar margem para desigualdades e manipulações políticas no interior do coletivo. Evitar o personalismo é fortalecer as estruturas coletivas e ter claros os critérios de atuação para todos(as).

Nos diferentes níveis de atuação, o(a) militante deve entender que sua prática política, além de ser o “rosto” de sua organização, é também referência para os outros, positiva ou negativamente. Por isso é importante cultivarmos o espírito de fraternidade e apoio mútuo nos espaços de trabalho, estimulando e promovendo a máxima confiança, ética e camaradagem entre os(as) companheiros(as). E, principalmente nos trabalhos sociais, não ser arrogante achando que vai levar a “verdade” ao povo, mas saber primeiro ouvi-lo e aprender com a sabedoria, realidade e cultura populares.

Espera-se do(a) militante uma atitude atenta ao conjunto de sua organização para além de seu trabalho específico, contribuindo e buscando soluções para organizar e articular os trabalhos nos diferentes espaços em que se inserem, ajudando na construção de uma política onde os campos de luta em que atua a organização dialoguem cada vez mais. Que saiba equilibrar sua participação ao contribuir e comprometer-se tanto com as tarefas de funcionamento interno da organização quanto com as tarefas externas, relativas aos trabalhos de base. Agindo com responsabilidade e comunicar ao

coletivo quando da impossibilidade de cumprir determinada tarefa. Pois ter imprevistos e problemas é normal, mas a falta de comunicação prejudica a organicidade. Por outro lado, estar sobrecarregado de tarefas também não significa que a política está avançando, mas que talvez não estejamos atuando com planejamento ou estabelecendo prioridades.

A formação é outro elemento importante, principalmente quando se pensa numa política articulada com as demais atividades internas da organização e preocupada com o acolhimento do(a) militante e dos recém ingressos junto ao trabalho de base. Complementada com uma formação teórica que vai fortalecer e qualificar a prática do(a) militante, dotando-o(a) das ferramentas necessárias para produzir e reproduzir as propostas da organização. Também, todo(a) aquele(a) que recém ingressa deve compreender que o processo não recomeça do zero naquele momento, e que ele(a) irá contribuir da melhor maneira possível para multiplicar força num processo que já vem caminhando com outros(as) companheiros(as) e que tem seus acúmulos. Todos os militantes constroem a organização mas devem saber respeitar as deliberações coletivas e atuar a partir destas.

No nível social a atuação nas bases nos ensina muitas coisas, seja em movimentos sociais do campo, da cidade, nos locais de trabalho, de estudo ou em iniciativas de resistência em favelas e periferias. Devemos contribuir para que os espaços coletivos que ajudamos a construir sejam agradáveis e estimulem a participação de todos. Uma vez que a dominação e a exploração capitalistas trabalham para afastar

o povo da participação política, colocando a via eleitoral e o individualismo como referenciais, em nossos trabalhos o exercício da política e da militância não deve parecer às pessoas como algo chato ou coisa só para “profissionais”, distante de sua realidade. Uma reunião ou assembléia de base esvaziada indica que podemos estar fazendo alguma coisa errada. Um determinado estilo militante aplicado ao trabalho de base também pode estimular pedagogicamente, se proporciona condições de maior participação nos espaços de deliberação, considerando as realidades e limitações de cada um. Por exemplo, mesmo com uma modesta experiência no campo comunitário, podemos dar o testemunho de que um trabalho focado estrategicamente e com base numa relação de igualdade, respeito e estímulo à participação política teve como consequência a aproximação de pessoas em distintos níveis de participação, desde o mais pontual até o mais orgânico. Aos poucos vão se estabelecendo importantes relações de identidade com nossas propostas, sabendo valorizar as iniciativas populares de resistência e articular politicamente os trabalhos.

Ao mesmo tempo, no nível político também devemos prezar por uma ética e estilo militante nas relações com outras organizações políticas e correntes da esquerda. A atuação em espaços mais amplos e de diversidade ideológica como fóruns, campanhas e mobilizações nos colocam outros desafios. Nossas propostas não são as únicas e não vamos nem queremos estar sozinhos nos processos de luta. Para fazer frente aos poderosos e opressores muitas vezes vamos estar compondo com outros setores da esquerda construindo consenso a partir do que há de acordo comum, o que não significa abandonar nossos princípios. Seria muito cômodo compormos politicamente apenas com quem temos concordância ou afinidade ideológica, mas isso seria adotar o principismo como política de atuação, o que não faz avançar a luta nem enriquece nossas experiências.

É comum passar por situações de desacordo, divergências políticas ou falta de conduta ética por parte de indivíduos ou grupos, mas para além do denunciamento, nosso foco deve estar em divulgar e fazer avançar nossas propostas. Precisamos saber diferenciar os inimigos de classe dos adversários ideológicos. Sem isso corremos o risco de atuar como um “rolo compressor” nos espaços políticos, reduzindo-os à espaços de disputa ou de “captura” de militantes apenas.

Devemos saber encaminhar as divergências com serenidade e evitar conflitos e polêmicas desnecessárias, diferenciando as divergências de princípios daquelas de estratégia ou tática e reconhecendo os méritos alheios. Antes de ser críticos, ser autocríticos. Defendemos o anarquismo com firmeza diante de ataques e calúnias, e fazemos a luta ideológica quando preciso, mas colocando nossas posições e opiniões sem dogmatismo e contextualizando nossas críticas em vez de generalizá-las a toda uma corrente, grupo ou ideologia. Há discussões que devem ser feitas e as divergências muitas vezes vão existir, mas que se façam sem sectarismos ou dogmatismos.

Publicamente, devemos saber nos posicionar sem virulência febril, que faz parecer que estamos mais preocupados em afirmar nossas posições ou competir com outra corrente ou organização do que em nos ocuparmos dos problemas cotidianos dos(as) oprimidos(as) e explorados(as). Não se convence ou se persuade simplesmente com violência na linguagem ou falando alto. Vaidade teórica e ideológica são faces da mesma moeda. E sobretudo hoje devemos



ficar mais atentos com as ferramentas de comunicação virtual e as redes sociais, que por sua própria característica de funcionamento, acabam facilitando e estimulando esse tipo de prática nociva.

Desse modo, ética e estilo militantes não são entendidos por nós como dogmas, mas como concepções de trabalho a serem encarnadas em nossas práticas políticas e, dessa forma, buscam atuar as organizações da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). E nossa militância nos setores de luta do campo e comunitário, em trabalhos de produção coletiva, grêmios estudantis, pré vestibulares, educação popular e cultura, como nas mobilizações e fóruns populares de articulação, buscamos estimular e influenciar, mas também somos modificados no cotidiano das lutas. E é inserida nessas dinâmicas sociais que uma base ética e uma concepção de estilo militantes também se forjam e se qualificam enquanto frutos de amadurecimento político e reflexão nas lutas cotidianas.

Dilma ou ruralistas? Quem é o falcão e quem é o falcoeiro?



O Governo Federal, atendendo aos interesses do agronegócio e do latifúndio, desfere neste momento seus golpes mais violentos contra as demarcações das Terras Indígenas (TIs), jamais vistos desde que estas começaram a ser regularizadas no país. Nem mesmo a ditadura militar apresentou prospectos tão ruins em relação às demarcações.

Dentre os argumentos utilizados pelos velhos coronéis latifundiários, herdeiros dos senhores de escravos e matadores de índios da nossa história banhada de sangue, o Brasil não pode “parar” sua marcha para o progresso, como que para defender um “destino manifesto” verde-amarelo,

o mito do gigante adormecido tão à *la mode* nesse momento entre os neo-patriotas burgueses que fazem compras em Nova Iorque e se organizam pelo Facebook. Para quem não vê progresso nenhum na arcaica realidade fundiária brasileira, com sua distribuição de terras feudal, como dói a ignorância alheia quando um papagaio inocente da ideologia televisiva diz: “tem muita terra para pouco índio”.

Em um país no qual poucos são os trabalhadores rurais que com muita luta e muita benção possuem seu pedaço de chão, apenas 10% das propriedades rurais ocupam quase 80% da área total de terras agricul-

táveis e apenas 1% dos proprietários possuem quase a metade de todas as terras. A assertiva verdadeira é: “tem muita terra pra pouco fazendeiro”. Os cerca de 20% de terras restantes que estão na mão dos pequenos e médios agricultores são responsáveis pelo nosso alimento, proporcionando 70% do que chega na mesa do consumidor nacional.

A quem interessa a enorme produção de soja, milho, carne, toda ela *for export*? Qual o benefício para a grande maioria dos cidadãos? Para quem vão o ônus e o bônus da abstrata balança comercial do país? Essa classe que estrangula o Brasil como país exportador de matéria-prima e chama isso de progresso não convence nem os próprios capitalistas sérios.

Por outro lado, a TI tem, primeiramente, o valor intrínseco de assegurar aos povos originários o direito à sua reprodução física e cultural, a proteger seu modo de vida. Desta resulta muitas vezes em consequência um grande benefício para a humanidade e para o planeta, pois mesmo sem o romantismo inocente de que cada indígena é um defensor da natureza, na prática, o que vemos, é o alto grau de preservação dos biomas dentro dos limites das TIs, em proporções muito melhores que a maior parte das unidades de conservação que tentam coibir inocuamente a ocupação humana.

Em sua sede pela expansão das fronteiras agrícolas, em sua ganância para ceder cada palmo de seus imensos domínios, está o latifundiário, o político agro-exportador, organizado em uma forte bancada ruralista no Congresso Nacional, com representantes no Senado e na Câmara dos Deputados, destacando-se a um ou outro momento alguma figura bizarra como Kátia Abreu, eleita senadora pelo Tocantins, e “Miss Desmatamen-

to” e “Rainha da Motosserra” pelos movimentos ambientalistas. Estes políticos ruralistas e seus ancestrais apropriaram-se da terra por violência e grilagem e estão envolvidos em diversos crimes ambientais e regimes de trabalho escravo. Especialmente após os ruralistas terem trabalhado para este retrocesso da política ambiental brasileira com a aprovação do Novo Código Florestal, as TIs, com 12% do território nacional e diversas lutas por novas demarcações, se tornaram a presa da vez, e com elas, o órgão responsável pela sua regularização fundiária, a *Fundação Nacional do Índio* – Funai.

É uma mentira difundida pelos fazendeiros e pela ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann dizer que o processo todo de regularização das TIs está nas mãos da Funai, no intuito de enfraquecer mais ainda esta atribuição do órgão. A demarcação é o termo que mais se popularizou para um processo bastante complexo e demorado de regularização de TIs, normatizado pelo Decreto nº 1.775/96, e que se inicia pelo estudo de identificação e delimitação, coordenado por antropólogo junto a uma equipe multi-disciplinar e seguindo o roteiro estabelecido pela Portaria nº 14/MJ/96; realizam-se levantamentos fundiários para avaliação de benfeitorias dos ocupantes de boa-fé; após aprovação do relatório pela presidência da Funai publica-se o resumo no Diário Oficial, abrindo o período para contestação; as contestações precisam ser respondidas pela Funai para aí sim ser enviada ao Ministério da Justiça para ser declarada pelo ministro; só então tem início a demarcação física e a extrusão dos ocupantes não-indígenas; finalmente o processo vai para a Presidência da República para homologação e posterior registro junto à Secretaria de

[...] neste governo Dilma, até o momento apenas 10 Terras Indígenas foram homologadas e um montante ridículo de apenas 966 mil hectares, sabendo que ainda há muito por fazer, talvez na margem de 500 Terras Indígenas por regularizar ou ampliar, que é uma estimativa verossímil.

Patrimônio da União, quando só então está regularizada.

A Constituição Federal de 1988 textualmente estabelece o prazo de 5 anos para a regularização de TODAS as TIs, entretanto, não é raro que uma comunidade aguarde até dez anos só pelo início dos estudos de identificação e delimitação. Muitas das TIs estão sendo homologadas após cerca de 20 anos percorrendo cada etapa do Decreto nº 1.775/96. Ou seja, uma perspectiva de 30 anos de espera não é assim das mais pessimistas.

A postura da atual presidência de Dilma Rousseff se torna ainda mais clara frente à redução vertiginosa de homologações, pois esta parte do processo depende exclusivamente da caneta da Presidenta da República. Nos governos FHC foram 145 áreas homologadas (41 milhões de hectares), no governo Lula caíram quase pela metade, 84 áreas (18 milhões de hectares), e neste governo Dilma, até o momento apenas 10 Terras Indígenas foram homologadas e um montante ridículo de apenas 966 mil hectares, sabendo que ainda há muito por fazer, talvez na margem de 500 TIs por regularizar ou ampliar, que é uma estimativa verossímil.

Outra mórbida semelhança com a ditadura militar é em relação à violência direta contra os povos originários, o extermínio de indígenas que lutam pela terra corre solto sob o manto manchado da impunidade. Como no período militar, jagunços e policiais assassinam indígenas e espalham o terror pelas aldeias, a maior parte conflitos relacionados diretamente à posse da terra, mas também muitos conflitos relacionados à mineração. No dia 7 de novembro de 2012, a aldeia Teles Pires, na divisa entre Pará e Mato Grosso, foi alvo de bombas lançadas de helicópteros da Polícia Federal, como os militares fizeram aos Waimiri-Atroari décadas atrás. O indígena Adenilson Munduruku foi morto com um tiro frontal na cabeça, execução à queima-roupa, numa operação de repressão ao garimpo.

Segundo relatório anual do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 60 indígenas foram assassinatos no ano de 2012, mais de metade dos homicídios contra indígenas, 37, aconteceram no Mato Grosso do Sul, seguido pelo Maranhão com 7 casos. Em fins de maio de 2013, a polícia executa uma ordem de reintegração de

posse da Terra Indígena Buritis, já declarada desde 2010 como área de ocupação tradicional, e durante esta operação estúpida sobre uma decisão absurda dispararam com armas de fogo contra os Terena, assassinando o indígena Osiel Gabriel.

Muitos outros casos poderíamos resumir neste texto, mas são imen-



O Governo PT e o agronegócio querem passar por cima dos povos indígenas e dos pequenos agricultores.

suráveis os casos de violência relacionados a agressões, ameaças, dentre outros só nesta década. A média anual de assassinatos de indígenas no período PT chega a 56 mortes por ano, 168 % a mais que o período anterior, com média de 21 por ano. Consequência da “opção pelos ricos”, com forte investimento e apoio político ao agronegócio nacional-desenvolvimentista, e consequência

da truculência e autoritarismo, as principais características herdadas do seu velho bolchevismo nazi com seu capitalismo de Estado.

O Governo Federal ergueu a bandeira do agro-negócio e defende abertamente os fazendeiros, criminalizando os indígenas e elegendo como porta-voz dos disparates a sinistra ministra Gleisi Hoffmann, que chamou os indígenas que resistem à construção de Belo Monte de bandidos.

O Governo Federal ergueu a bandeira do agro-negócio e defende abertamente os fazendeiros, criminalizando os indígenas e elegendo como porta-voz dos disparates a sinistra ministra Gleisi Hoffmann, que chamou os indígenas que resistem à construção de Belo Monte de bandidos. Com muita cara-de-pau, nega a relação da paralisação de todos os procedimentos de regularização de TIs no Paraná com sua pretensão de ser eleita ao governo deste estado, onde obviamente está em plena campanha junto a ruralis-

nologia para o agronegócio, ou seja, os velhos fazendeiros, ainda donos do país, recebem o apoio técnico de uma empresa financiada pelo povo, enquanto os órgãos de assistência técnica rural ao pequeno e médio produtor estão sucateados em todo o Brasil.

Este revestimento técnico é o que pretende Gleisi Hoffmann dar a seu discurso eleitoral e ruralista declarando, a mando de Dilma, que haverá mudança da legislação indigenista referente às regularizações fundiárias, esvaziando ainda mais a pouca força que tem a Funai no correr do processo, e são envolvidos, ainda, órgãos sem qualquer competência para fazer cumprir o que estabelece o artigo 231 da Constituição Federal e que têm interesses diretamente opostos às TIs e ao seu usufruto exclusivo pelos povos originários, conforme seus costumes e tradições, como o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Agricultura, a Embrapa, os governos estaduais e municipais, dentre outros.

Enquanto isto, no Congresso Nacional, a bancada ruralista segue na tramitação da PEC 215, sujeitando as TIs delimitadas pelo executivo em atendimento a critérios constitucionais à aprovação das aves de rapina do legislativo, ou seja, fazendo prevalecer a política do momento e cuspidando na Carta Magna tão cara aos legalistas de ocasião.

A resposta a todo este absurdo é a luta pela terra, que continua firme em cada canto do país, e para cada parente indígena caído, temos que ser mais centenas na luta, no campo, na cidade e na floresta, contra esta classe podre e imoral que mantém o Brasil há 500 anos na amargura. Os inimigos dos povos indígenas são os mesmos dos camponeses, dos bóias-frias, do trabalhador da periferia, de cada cidadão que deseja no mínimo um país descente, mais justo, mais digno. Nossa resposta é organização e luta!

tas e, aproveitando-se da insegurança dos agricultores, temerosos de maiores prejuízos frente à ausência de uma política de reforma agrária decente, aplicando por tabela a estratégia *divide et impera*.

A paralisação política se ornamentou com um relatório técnico encomendado junto à Embrapa, empresa de pesquisa de ponta bancada pelo contribuinte para desenvolver tec-

Notícias Libertárias

XVI Encontro Estadual dos Sem-terrinha: Dia 12, 13 e 14 de outubro realizou-se em Campos dos Goytacazes o XVI Encontro Estadual dos Sem-terrinha, cujo tema era “por Escola, Terra e Internacionalismo”. O evento contou com a presença de cerca 90 crianças vindas de diversos acampamentos e assentamentos do MST no Rio de Janeiro. Realizaram-se oficinas com as crianças, para aumentar sua percepção e ligar seu mundo ao movimento. Certos de que daqui há alguns anos reencontremos estas crianças na luta!

IV Encontro Nacional do Movimento Passe Livre: Nos dias 15, 16 e 17 de novembro realizou-se o IV Encontro Nacional do Movimento Passe Livre que reuniu cerca de 100 delegados das diversas cidades onde o MPL se encontra. Foi uma troca de experiências muito boa e um momento importante para a reflexão do movimento após a Revolta de Junho. Após o encontro os diversos locais se encontram mais unidos e prontos para as jornadas de lutas que virão. Um grito ecoa pelo Brasil entre catracas sendo puladas: AMANHÃ VAI SER MAIOR!

2º Encontro de estudantes autônomos do Estado do Rio: Do dia 22 ao 24 de novembro aconteceu o Acampamento da Resistência e Utopia, o 2º encontro de estudantes autônomos do Estado do Rio. O acampamento reuniu secundaristas do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Volta Redonda e Nova Iguaçu, e foi formalizada a criação de um coletivo secundarista intermunicipal autônomo, e de resistência anticapitalista. O objetivo principal é organizar os secundaristas visando a criação e fortalecimento de grêmios livres nas escolas, entendendo que é das bases de onde emanam as lutas. Em breve estaremos nas ruas e sobretudo nas escolas. Aliás, sempre estivemos, mas não de forma organizada e compacta.

IV Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes: Nos dias 9 e 10 de dezembro, o MST realizou a “IV Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes”, sua maior feira até hoje na cidade do Rio de Janeiro.

A feira, que a partir desta edição homenageia o militante Cícero Guedes, assassinado no início do ano em Campos dos Goytacazes, impressionou com seus números: 30 toneladas de alimentos comercializados, sendo 11t industrializados e 19t frescos,

110 agricultores e agricultoras, 30 assentamentos, 2 cooperativas do RJ, 6 cooperativas de outros estados.

Estima-se que 50 mil pessoas passaram pelo local durante as 30 horas de feira. Além da venda de produtos, ainda aconteceram 8 shows de bandas e grupos culturais e 4 debates abertos. Uma rádio web transmitiu o evento ao vivo.

Camponeses do *Movimentos dos Pequenos Agricultores*, e da *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro* se somaram ao trabalhadores e trabalhadoras rurais do Movimento para expor frutas, legumes, verduras, alimentos processados e industrializados, pimentas, geléias, bebidas, derivados de leite e mudas de plantas. O *Coletivo de Saúde do MST* ofereceu seus fitoterápicos produzidos nos assentamentos do estado.

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida também esteve presente para dialogar com os visitantes sobre os motivos que levam nosso país a ser maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

A feira cumpriu seu objetivo fundamental, de seguir pautando a reforma agrária e a necessidade de se olhar para os assentamentos. Mostrou para a sociedade que as áreas de reforma agrária do estado são capazes de produzir alimentos diversificados e saudáveis. Para além da questão financeira, das vendas, o mais importante foi a oportunidade de dialogar com a população sobre o sentido da luta pela terra.

Adaptado de: boletimtrj.mst.org.br/boletim54

Lançamento da edição francesa de “Anarquismo Social e Organização”: Por ocasião da Feira Anarquista de Lyon e da passagem de um companheiro da CAB pela Europa, foi realizada, em 22/11/2013, uma atividade de lançamento da edição francesa do livro “Anarquismo Social e Organização”, da FARJ. A tradução foi realizada pelo selo *Brasero Social*, uma colaboração editorial entre a *Coordination des Groupes Anarchistes – CGA* (França) e o *Collectif Communiste Libertaire de Bienne* (Suíça).

A atividade, organizada pela CGA, ocorreu na Livraria Plume Noire (Pluma Negra), espaço social da CGA em Lyon. Além do lançamento do livro houve uma apresentação sobre o especificismo, nossa concepção de organização específica anarquista e as lutas populares no Brasil. Após a apresentação, o debate foi marcado por um grande interes-

se na proposta especificista da FARJ (e das organizações que compõem a CAB) e nas contribuições da nossa militância às lutas populares, criando uma referência em meio ao anarquismo europeu.

Modestamente temos aportado contribuições importantes no desenvolvimento, organização e na retomada do vetor social do anarquismo, contribuições estas que, cada vez mais, ganham repercussão no cenário político anarquista internacional.



Dicionário: Será lançado no dia 1º de Maio de 2014 o Dicionário Biográfico do Movimento Libertário Francófono, aos(as) militantes anarquistas. A publicação terá 150 biografias fartamente ilustradas em 528 páginas, de anarquistas como Proudhon, Louis Michel, Ravachol, Jean Grave, Fernand Pelloutier, Pierre Manette, entre outros(as). Informações em cyril.picard-levrard@edition-saladier.com.

Campanha Protestar não é crime!!!

Com os protestos de junho ameaçando o consenso fabricado pela burguesia e pelo governo brasileiro, o Estado recorreu ao que mais sabe fazer: violência e prisões em massa em diversas cidades do país. Se as prisões já encarceraram todos/as os indesejados pelo sistema capitalista, são nos momentos de crise que o sistema de dominação capitalista escancara sua face.

Muitos foram soltos, mas, aqui no Rio de Janeiro, um deles continua lá. Rafael Braga Vieira, morador de rua preso e condenado a 5 anos, por estar na manifestação com garrafas de “Pinho Sol”, pela (in)justiça brasileira.

A condenação de Rafael é uma prova de que os mais pobres, os negros, as/os moradores de periferia e todos/as aqueles que se levantam contra esse sistema de dominação e seus megaeventos sofrerão o terrorismo de Estado brasileiro. E mesmo com a maioria das pessoas em liberdade, há ainda os processos que muitas delas estão respondendo e que serão julgados e arrastados ainda por muito tempo.

Ninguém será esquecido! Pelo arquivamento de todos os processos de militantes sociais!

Assinam:

Comissão Pastoral da Terra • Favela Não se Cala • Federação Anarquista do Rio de Janeiro • Frente Internacionalista dos Sem-Teto • Grêmio Estudantil Luis Travassos • Movimento das Comunidades Populares • Movimento de Organização de Base • Movimento dos Pequenos Agricultores • Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra • Movimento Passe Livre - Rio • Organização Popular • Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência • Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II • Via Campesina



Organizações integrantes da CAB: Organização Resistência Libertária - CE; Coletivo Anarquista Núcleo Negro - PE; Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares - AL; Federação Anarquista do Rio de Janeiro - RJ; Organização Anarquista Socialismo Libertário - SP; Rusga Libertária - MT; Coletivo Anarquista Luta de Classes - PR; Coletiva Anarquista Bandeira Negra - SC; Federação Anarquista Gaúcha - RS.

BIBLIOTECA SOCIAL FÁBIO LUZ - Fundada em 18 de novembro de 2001
<http://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com>

Libera, 2.000 exemplares. Subscrições para esta edição:

Alga, Cauã, Durden Poulain, Bambu, Barrikada, GA, FOC, Cav, Flor, Jack, Kuñatã, Katonigra, Kiko, Nimacaos, Poressasbandas, Peroba Ungida, Rudesindo, Seu Antenor, Splinter, Violeta | Apoie o **Libera** você também: farj@riseup.net



ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS - BRASIL: CABN/SC www.cabn.libertar.org | ORL/CE www.resistencialibertaria.org | Núcleo Negro/PE <http://nucleonegro.noblogs.org> | OASL/SP www.anarquismosp.org | FAG/RS <http://batalhadavarzea.blogspot.com.br> | Rusga Libertária/MT <http://rusgalibertaria.blogspot.com> | CAZP/AL www.cazp-al.blogspot.com | CALC/PR <http://coletivoanarquistalutadeclasse.wordpress.com> | GEIPA/SC www.geipaoinville.blogspot.com | COMPA/BH www.socialismolibertario.com.br | ÁFRICA DO SUL: ZACF www.zabalaza.net | ARGENTINA: OSL www.osl.org.ar | FACA <http://lafaca.org> | COLÔMBIA: RLP/MK www.redlibertariapmk.org | BOLÍVIA: OARS www.oars.tk | CHILE: OCL ocl.chile@gmail.com | CAL <http://labatalladelostrabajadores.blogspot.com> | COSTA RICA: Pró-FAC (Círculo de Estudios La Libertad) <http://revistalalibertad.blogspot.com> | FRANÇA: CNT Vignoles www.cnt-f.org | MÉXICO: AMZ <http://espora.org/amz> | CAMA <http://espora.org/cama> | PERU: USL www.uslperu.blogspot.com | URUGUAI: FAU <http://federacionanarquista.uy> | CSL <http://periodicorojoynegro.blogspot.com> | EUA/CANADÁ: NEFAC www.nefac.net | UCL www.causecommune.net | ITÁLIA: FdCA www.fdca.it | IRLANDA: WSM www.wsm.ie | ESPANHA: CNT www.cnt.es | CGT www.cgt.org.es | www.anarkismo.net